



## Governo prevê salário mínimo de R\$ 719 e inflação de 4,5% em 2014

Chegou ontem para análise do Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estima um crescimento de 4,5% no PIB do ano que vem, mas reduz para 3,5% o deste ano

Senadores e deputados têm até 17 de julho para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, que define as linhas da economia nacional para o último ano do governo Dilma Rousseff, quando haverá eleição presidencial.

Enviado ontem pelo Ministério do Planejamento, o texto direciona aplicação de recursos federais e indica

despesas prioritárias, preparando a discussão da Lei Orçamentária Anual, no segundo semestre.

Pelas estimativas do governo apresentadas no documento, a taxa básica de juros deve ser mantida em 7,25%, sendo considerada a meta de R\$ 167,4 bilhões para o superávit primário. O projeto mantém como prioridades o PAC e o Plano Brasil Sem Miséria. **3**



O projeto foi apresentado pela secretária de Orçamento Federal, Célia Corrêa, e pelo secretário do Tesouro, Arno Augustin

Luiz de Paula/Agência Senado



Luiz de Paula/Agência Senado

### Debate expõe gargalos para expandir matriz energética **8**

Comissão de Infraestrutura, presidida por Fernando Collor (C), ouve especialistas em energia alternativa

### Fraudes na saúde pública terão penas mais rígidas **6**

### Unificação do ICMS ainda gera divergências **8**

### Comissões votam relatórios sobre medidas provisórias **7**

### Conselho do Senado amplia prestação de contas à sociedade

Conselho de Transparência e Controle Social será instalado hoje pelo presidente Renan Calheiros. Órgão terá a participação de representantes da sociedade civil e é uma das recentes medidas de modernização do Senado. **2**

### Juventude será política de Estado com estatuto, diz Renan **7**

Rede Eclesiástica da Juventude (REJU)



especial  
**Cidadania**

### Combate à intolerância religiosa desafia o país

A liberdade de crença é inviolável, segundo a Constituição, mas casos de agressão e ofensas vêm se agravando. **4 e 5**

Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em 21 de janeiro, é celebrado no Rio

# Senado instala Conselho de Transparência hoje

Integrado por diretores da Associação Brasileira de Imprensa, Transparência Brasil e Instituto Ethos, além de dirigentes da Casa, o colegiado vai propor ações para facilitar o acesso à informação pública

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, instala hoje às 15h no Salão Nobre do Senado o Conselho de Transparência e Controle Social e dá posse aos integrantes.

Órgão consultivo da Presidência da Casa, o conselho terá a atribuição de elaborar e propor ações que disseminem o acesso à informação pública e nortear a formulação da Política de Transparência e Controle Social sobre os atos do Senado, além de sugerir projetos e ações prioritárias a respeito dos temas e propor parâmetros de transparência em prestação de contas à sociedade. O colegiado não gerará custos para a Casa.

A sociedade civil estará representada com Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Cláudio Abramo, diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, e Jorge Abrahão, presidente do Instituto Ethos.



Jane de Araújo/Agência Senado

O conselho faz parte das medidas adotadas por Renan para modernizar o Senado

Já pelo Senado integrarão o conselho Carlos Mathias, ex-ministro do STJ e diretor da Secretaria da Transparência; Edilenice Passos, diretora da Secretaria de Informação e Documentação; Davi Emerich, diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social; e Gilvan Andrade, diretor da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião.

A instalação do Conselho de Transparência integra o conjunto de medidas adotadas por Renan Calheiros com o objetivo de modernizar o Senado, conferindo mais transparência e eficiência à gestão. Nos últimos dois meses, foram anunciados cortes de gastos que deverão gerar uma economia de quase R\$ 300 milhões nos próximos dois anos.

## Lúcia Vânia toma posse como ouvidora

Lúcia Vânia (PSDB-GO) toma posse hoje como ouvidora-geral do Senado. Ela é a primeira mulher a assumir o cargo e sucede Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que esteve à frente da Ouvidoria no período 2011-2012. A posse está marcada para as 11h30, na Presidência do Senado.

Nos últimos dois anos, a Ouvidoria recebeu 5.632 manifestações, que chegaram por meio de portal próprio ([www.senado.gov.br/senado/ouvidoria](http://www.senado.gov.br/senado/ouvidoria)), do Alô Senado (0800 612211) e por carta. As manifestações são respondidas em 30 dias e usadas como subsídio para o aprimoramento dos



Pietro Franco/Agência Senado

Senadora Lúcia Vânia, que sucede Flexa Ribeiro na Ouvidoria do Senado

serviços legislativos e administrativos do Senado.

Lúcia Vânia pretende

fortalecer o papel do órgão dentro e fora do Senado e ampliar a participação popular, estimulando a sociedade a estreitar os vínculos com a Casa.

— A Ouvidoria é uma das mais importantes expressões do exercício da cidadania. Vamos criar mecanismos para encorajar o cidadão a falar cada vez mais. Queremos e precisamos saber o que ele tem a dizer — disse.

O órgão foi implantado em 2011. A indicação do titular é feita pelo presidente do Senado e não depende de aprovação do Plenário. O mandato é de dois anos.

## PEC prevê perda de mandato em caso de condenação

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC)



Jarbas Vasconcelos, que teme "rusga desnecessária" entre Câmara e STF

18/2013, de autoria dele, que prevê a perda automática do mandato nos casos de condenação por improbidade administrativa ou crime contra a administração pública.

Segundo o senador, o Congresso "está às portas de um provável tensionamento" com o Supremo Tribunal Federal (STF) por causa da iminente publicação do acórdão com as penas para os condenados no mensalão. Ele citou os deputados João Paulo Cunha (PT-SP) e José Genoíno (PT-SP), que foram condenados à prisão.

Na visão de Jarbas, a Câmara não tem outra opção a não ser

obedecer ao STF e declarar a perda de mandato dos condenados. No entanto, lembrou, os dois órgãos (Câmara e STF) se consideram legítimos para declarar a perda de mandatos. Por isso, Jarbas pediu prudência ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves:

— Se não houver sabedoria por parte de Henrique Alves, poderá haver uma rusga desnecessária com o STF.

Pela PEC, assim como o Judiciário decidir pela condenação, a Mesa da respectiva Casa (Câmara ou Senado) ficará limitada apenas a declarar a perda do mandato.

## Lopes espera que decisão do TSE sobre número de deputados seja derrubada

Autor do projeto de decreto legislativo (PDS 85/2013) que suspende a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de redefinir o número de deputados federais por estado, Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse ontem acreditar na aprovação rápida. Para o senador, o que está em jogo não é o ganho ou a perda de representatividade de estados, mas a restauração da competência do Legislativo.

— Se a Constituição diz que é prerrogativa exclusiva do Congresso e tem que ser por lei complementar, a decisão do TSE não poderia alterar isso — argumentou.

Lopes destacou que líderes no Senado assinaram requerimento de urgência. Ele conta com a leitura do projeto hoje e, se dispensada a apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o texto estará pronto para ser votado na quinta-feira.

Lopes acompanhou a

opinião de Wellington Dias (PT-PI), que propôs a projeção populacional de 2012 como parâmetro para distribuição de cadeiras — o TSE determinou o uso dos dados de 2010 do IBGE.

Para Lopes, cabe ao Congresso discutir projeto de lei complementar que defina se a composição da Câmara deve ser estabelecida por levantamento após cada eleição ou pelos números do censo apurados a cada dez anos.



Lia de Paula/Agência Senado

Lopes defende que deve ser usada a projeção populacional de 2012

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Juventude

14h Na sessão deliberativa de hoje, o projeto que institui o Estatuto da Juventude poderá ser votado.

#### PRESIDÊNCIA Governador Alckmin

11h30 Posse da ouvidora-geral, Lúcia Vânia; às 12h30, presidente do TST, Carlos Alberto Reis de Paula; às 15h, instalação do Conselho de Transparência. Às 15h45, governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e, às 16h, preside a ordem do dia.

#### CCT Pessoas desaparecidas

9h Na pauta, projeto que altera a Lei Geral de Telecomunicações para permitir o uso das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.

#### CAE ICMS

10h Relatório do projeto de unificação de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

#### CE Desconto no Fies

11h Projeto que concede desconto em financiamentos contratados com recursos do Fies quando os estudantes tiverem quitado 75% das prestações sem atrasos.

#### OUVIDORIA Ouvidoria do Senado

11h30 Cerimônia de posse de Lúcia Vânia como ouvidora-geral do Senado.

#### CMA Agência Nacional de Águas

11h30 Recondução de Paulo Lopes Varella Neto ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas. Após, instalação da Subcomissão de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

#### CÓDIGO PENAL Audiência pública

14h30 Audiência pública da comissão da reforma do Código Penal sobre crimes contra o patrimônio, crimes contra a propriedade imaterial e crimes cibernéticos. Convidados Carlos Miguel Sobral, delegado da Polícia Federal, e outros.

#### CMO Eleição

14h30 Eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento e também do relator-geral do projeto de Lei Orçamentária para 2014.

#### CONSELHO Instalação

15h Solenidade de instalação do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado, no Salão Nobre do Senado.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia e, às 11h, reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

Documento enviado pelo governo estima inflação de 4,5% e crescimento do PIB no mesmo percentual, com juros de 7,25%. Texto tem que ser votado até 17 de julho

# Congresso recebe projeto que prevê salário mínimo de R\$ 719 em 2014

CHEGOU ONTEM AO Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014. Estão previstos inflação de 4,5% e salário mínimo de R\$ 719,48. O consultor do Senado José de Ribamar Silva lembra que a LDO é importante pois “define as linhas do Orçamento e regulamenta a sua preparação”. Ele se refere à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014, que será analisada no segundo semestre.

— A LDO direciona a aplicação dos recursos. Indica quais são as despesas prioritárias e como devem ser organizadas, além de orientar sua execução.

O texto traz previsões econômicas feitas pelo governo: além da estimativa de inflação de 4,5% (medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA), o crescimento do produto interno bruto (PIB) também deve ser de 4,5% no ano que vem. Apesar das expectativas de alta na taxa básica de juros, devido às pressões inflacionárias, a previsão da LDO é que ela se mantenha em 7,25%.



Célia Corrêa apresenta a LDO junto com o secretário do Tesouro, Arno Augustin

Lin de Paulo/Agência Senado

Houve alteração em relação ao crescimento econômico estimado para 2013: a previsão anterior era de 4,5% (como a de 2014), mas a LDO reduziu o número para 3,5%.

A secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Célia Corrêa, apresentou uma lista com as despesas que podem ser executadas em 2014 mesmo que o Orçamento não seja aprovado até 31 de dezembro. Estão incluídos gastos com despesas obrigatórias, bolsas de estudos, ações de prevenção a desastres, financiamentos a estudantes, formação de estoque público, aplicações mínimas em saúde, investimentos do PAC e investimentos de empresas estatais. Ela destacou que a LDO mantém como prioridades o PAC e o Brasil sem Miséria. A LDO tem de ser aprovada pelo Congresso até 17 de julho.

Saiba mais sobre a LDO por meio dos vídeos do Orçamento Fácil preparados pelo Senado, no link <http://bit.ly/OqueeLDO>.

## Gastos serão executados em ano de eleições

O processo para a montagem do Orçamento do último ano do governo da presidente Dilma Rousseff começou formalmente ontem com a chegada da LDO ao Congresso. É essa lei que define as regras que devem ser seguidas, por exemplo, na aplicação dos recursos arrecadados dos contribuintes. Com um aspecto importante: os senadores e os deputados debaterão as regras para organizar os gastos federais em um ano de eleição presidencial.

Mais uma vez o governo quer incluir a autorização para que as estatais possam realizar investimentos mesmo sem orçamento aprovado. Também quer o mesmo para as obras do PAC, em um ano cujo maior volume de recursos precisa estar empenhado no primeiro semestre para escapar às restrições do calendário eleitoral. O governo novamente polemiza com o Congresso ao não enviar o Anexo de Metas e Prioridades, como fez no ano passado.

### Estimativas do governo

	2013	2014	2015	2016
Crescimento real do PIB (%)	3,50	4,50	5,00	4,50
IPCA (var. % acumulada)	5,20	4,50	4,50	4,50
IPCA (var. % média)	5,94	4,91	4,50	4,50
IGP-DI (var. % acumulada)	5,18	5,00	5,00	4,95
IGP-DI (var. % média)	6,34	5,92	5,00	4,97
Salário mínimo (R\$)	678,00	719,48	778,17	849,78
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	2,00	2,04	2,07	2,09
Massa salarial nominal (var. % média)	11,64	12,34	12,72	12,56
Taxa de juros (% em dezembro)	7,25	7,25	7,25	7,25

Fonte: Ministério do Planejamento

Para o superávit primário (receitas menos despesas, sem considerar pagamento de juros), a meta fixada pela LDO é de R\$ 167,4 bilhões — com

possibilidade de abatimento, relacionada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e às desonerações de tributos, de até R\$ 67 bilhões.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Jucá: “Sanção do Orçamento sem vetos orgulha-me muito”

Em pronunciamento ontem, Romero Jucá (PMDB-RR) informou ao Plenário a sanção do Orçamento de 2013 sem vetos presidenciais.

A proposta orçamentária só foi aprovada pelo Congresso Nacional em março, por conta das discussões em torno da distribuição dos royalties da

exploração do petróleo.

— A sanção da presidente Dilma orgulha-me muito porque foi uma sanção feita sem nenhum veto — afirmou.

Relator do projeto orçamentário de 2013, o senador disse que o governo tem, a partir de agora, um instrumento para trabalhar e ampliar investimentos.

### Ângela pede solução para servidores da Assembleia de RR



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela Portela (PT-RR) fez apelo ontem para que o presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, deputado Chico Guerra, busque uma solução para os servidores comissionados daquela Casa. Ângela explicou que o Ministério Público de Roraima solicitou a demissão de cerca de mil funcionários comissionados que estão em situação irregular e proibiu a nomeação de novos comissionados enquanto a assembleia não realizar concurso público.

Ângela disse que é necessário avaliar não somente a situação dos servidores comissionados, mas também dos concursados ainda não nomeados. Ela ressaltou que os comissionados prestam serviços relevantes e se posicionou contra uma demissão em massa.

### Alvaro critica estrutura do Minha Casa, Minha Vida



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou visita que fez no sábado ao conjunto Vista

Bela, em Londrina (PR), construído com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Segundo ele, os pouco mais de 1.200 moradores vivem em condições precárias.

O senador destacou a falta de interação entre a União e os municípios para definir as obrigações de cada esfera. Ele observou não haver posto de saúde, escola ou creche próximos ao local.

— As mães são obrigadas a abandonar os empregos para cuidar dos seus filhos e, com isso, inviabilizam o pagamento e acabam perdendo suas casas — afirmou.

### Aloysio cobra apuração de denúncia de fraude



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou à Mesa do Senado

requerimento de verificação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da legalidade das empresas que operam no Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. Ontem, o senador citou em Plenário notícia do jornal *O Globo* que revela esquema de ex-funcionários do Ministério das Cidades para fraudar contratos na construção de casas populares.

O senador chamou a atenção para o fato de a mesma empresa estar envolvida em todo o processo de construção, desde o financiamento da obra até o controle de qualidade.

### Paim rebate argumentos contra desaposentadoria



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) protestou ontem contra possível recurso

para o exame do projeto da desaposentadoria (PLS 91/2010) em mais duas comissões e no Plenário do Senado. A medida deve ser formalizada em breve pelo Bloco de Apoio ao Governo.

No pronunciamento, Paim rebateu os argumentos contrários ao projeto de que no longo prazo a proposta pode resultar em déficit nas contas da Previdência Social.

Na avaliação dele, quando se somam as contribuições de empresários e trabalhadores, a Previdência se torna superavitária e sustentável em médio e em longo prazo.

### Pimentel quer formalizar trabalho dos diaristas

Em pronunciamento ontem, José Pimentel (PT-CE) anunciou a apresentação de projeto



Waldemir Barreto/Agência Senado

que formaliza a atuação profissional dos diaristas, hoje sem qualquer garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.

O projeto estabelece que o diarista poderá ser inscrito como empreendedor individual, explicou Pimentel. O diarista terá a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e poderá emitir nota de serviço com isenção sobre impostos federais e estaduais.

A exemplo dos empreendedores individuais, a contribuição se limitará a 5% do salário mínimo, para a garantia de direitos previdenciários, além de R\$ 5 pagos ao município, o que totalizaria uma obrigação mensal de R\$ 33,90.

# Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis

Juliana Steck

A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças e práticas religiosas ou a quem não segue uma religião. É um crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana.

O agressor costuma usar palavras agressivas ao se referir ao grupo religioso atacado e aos elementos, deuses e hábitos da religião. Há casos em que o agressor desmoraliza símbolos religiosos, destruindo imagens, roupas e objetos ritualísticos. Em situações extremas, a intolerância religiosa pode incluir violência física e se tornar uma perseguição.

Crítica não é o mesmo que intolerância. O direito de

criticar encaminhamentos e dogmas de uma religião, desde que isso seja feito sem desrespeito ou ódio, é assegurado pelas liberdades de opinião e expressão. Mas, no acesso ao trabalho, à escola, à moradia, a órgãos públicos ou privados, não se admite tratamento diferente em função da crença ou religião. Isso também se aplica a transporte público, estabelecimentos comerciais e lugares públicos, como bancos, hospitais e restaurantes.

Ainda assim, o problema é frequente no país. Algumas denúncias se referem à destruição de imagens de orixás do candomblé ou de santos católicos. Ficou famoso no Brasil o pastor da Igreja



Celebração no Rio de Janeiro pede respeito à liberdade religiosa, em 21 de janeiro, com presença de adeptos de diversas tradições de fé

Universal do Reino de Deus Sérgio Von Helder, que, em 1995, chutou uma imagem de Nossa Senhora Aparecida em rede nacional de TV. Há também casos de testemunhas de Jeová que são processadas por não aceitarem que parentes recebam doações de sangue, de adventistas do Sétimo Dia a quem não são dadas alternativas quando não trabalham ou não fazem prova escolar no sábado, e de medidas judiciais que impedem sacrifício de animais em ritos religiosos, entre outros.

Em janeiro, a TV Bandeirantes foi condenada pela Justiça Federal de São Paulo por desrespeito à liberdade de crenças porque, em julho

de 2010, exibiu comentários do apresentador José Luiz Datena relacionando um crime bárbaro à "ausência de Deus". "Um sujeito que é ateu não tem limites. É por isso que a gente vê esses crimes aí", afirmou o apresentador.

A emissora foi condenada a exibir em rede nacional, no mesmo programa, esclarecimentos sobre diversidade religiosa e liberdade de crença. Recentemente têm provocado reações algumas declarações do presidente

da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, Marco Feliciano (PSC-SP). Pastor evangélico, ele escreveu no Twitter que africanos são descendentes de um "ancestral amaldiçoado por Noé" e que sobre a África repousam maldições como paganismo, misérias, doenças e fome. A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, senadora Ana Rita (PT-ES), se manifestou a respeito.

— São declarações e atitudes que instigam o preconceito, o racismo, a homofobia e a intolerância. Todas absolutamente incompatíveis e inadequadas para a finalidade do Legislativo — disse.



Presidente da CDH, Ana Rita faz duras críticas ao deputado Marco Feliciano

## Denúncias cresceram mais de 600% em um ano; crenças de matriz africana são as que mais sofrem ataques

A quantidade de denúncias de intolerância religiosa recebidas pelo Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República cresceu mais de sete vezes em 2012 em relação a 2011, um aumento de 626%. A própria secretaria destaca, no entanto, que o salto de 15 para 109 casos registrados no período não representa a real dimensão do problema, porque o serviço telefônico gratuito da secretaria não possui um módulo específico para receber esse tipo de queixa. Ou seja, muitos casos não chegam ao conhecimento do poder público. A maior parte das denúncias é apresentada às polícias ou órgãos estaduais de proteção dos direitos humanos e não há nenhuma instituição

responsável por contabilizar os dados nacionais. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir) também não possui dados específicos sobre violações ao direito de livre crença religiosa. No entanto, o ouvidor do órgão, Carlos Alberto Silva Junior, diz que o número de denúncias de atos violentos contra povos tradicionais (comunidades ciganas, quilombolas, indígenas e os professantes das religiões e cultos de matriz africana) relatadas à Seppir também cresceu entre 2011 e 2012.

Muitas agressões são cometidas pela internet. Segundo a associação SaferNet, em 2012, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos



Caminhada no Dia Contra Intolerância Religiosa, em Fortaleza. Data foi criada em 2007, após morte de líder do candomblé difamada por jornal evangélico

recebeu 494 denúncias de intolerância religiosa praticadas em perfis do Facebook. O mundo virtual reflete a situação do mundo real. De 2006 a 2012, foram 247.554 denúncias

anônimas de páginas e perfis em redes sociais que continham teor de intolerância religiosa.

A tendência é de queda: de 2.430 páginas em 2006 para 1.453 em 2012. Mas a

tendência não significa que o número de casos reportados de intolerância religiosa tenha diminuído. "Uma das razões é a classificação feita pelo usuário. Mesmo páginas reportadas por

possuir conteúdo racista, antissemita ou homofóbico têm, também, conteúdo referente à intolerância religiosa", explica Thiago Tavares, coordenador da central.



Ministra da Seppir, Luiza Bairros ressalta a gravidade das agressões

Os dados foram divulgados pela Agência Brasil este ano no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, 21 de janeiro. A data foi instituída em 2007 pela Lei 11.635, em homenagem a Gildásia

dos Santos e Santos, a Mãe Gilda, do terreiro Axé Abassá de Ogum, de Salvador. A religiosa do candomblé sofreu um enfarte após ver sua foto no jornal evangélico *Folha Universal*, com a manchete "Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes". A Igreja Universal do Reino de Deus foi condenada a indenizar os herdeiros da sacerdotisa.

A ministra da Seppir, Luiza Bairros, disse, nas comemorações de 21 de janeiro, que os ataques a religiões de matriz africana chegaram a um nível insuportável. "O pior não é apenas o grande número, mas a gravidade dos casos. São agressões físicas, ameaças de depreciação de casas e comunidades. Não se trata apenas de uma disputa religiosa, mas

também de uma disputa por valores civilizatórios", disse. Na ocasião, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou um comitê de combate à intolerância religiosa. A iniciativa pretende promover o direito ao livre exercício das práticas religiosas e auxiliar na elaboração de políticas de afirmação da liberdade religiosa, do respeito à diversidade de culto e da opção de não ter religião.

O comitê terá 20 integrantes, sendo 15 deles representantes da sociedade civil com atuação na promoção da diversidade religiosa. Ainda sem data definida para começar efetivamente a funcionar, o comitê depende de um edital que selecionará os integrantes.

## Perseguição policial até os anos 1960

O Brasil é um país laico. Isso significa que não há uma religião oficial e que o Estado deve manter-se imparcial no tocante às religiões. Porém, sendo um país de maioria cristã, práticas religiosas africanas foram duramente perseguidas pelas delegacias de costumes até a década de 1960.

No período colonial, as leis puniam com penas corporais as pessoas que discordassem da religião imposta pelos escravizadores. Decreto de 1832 obrigava os escravos a se converterem à religião oficial. Um indivíduo acusado de feitiçaria era castigado com pena de morte. Com a proclamação da República, foi abolida a regra da religião oficial, mas o primeiro Código Penal republicano tratava como crimes o espiritismo e o curandeirismo.

A lei penal atual, aprovada em 1940, manteve os crimes de charlatanismo e curandeirismo.

Até 1976, havia uma lei na Bahia que obrigava os templos das religiões de origem africana a se cadastrarem na delegacia de polícia mais próxima. Na Paraíba, uma lei aprovada em 1966 obrigava

sacerdotes e sacerdotisas dessas religiões a se submeterem a exame de sanidade mental, por meio de laudo psiquiátrico.

Muitas mudanças ocorreram até 1988, quando a Constituição federal passou a garantir o tratamento igualitário a todos os seres humanos, quaisquer que sejam suas crenças.

O texto constitucional estabelece que a liberdade de crença é inviolável, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos. Determina

ainda que os locais de culto e as liturgias sejam protegidos por lei.

Já a Lei 9.459, de 1997, considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões. Ninguém pode ser discriminado em razão de credo religioso. O crime de discriminação religiosa é inafiançável (o acusado não pode pagar fiança para responder em liberdade) e imprescritível (o acusado pode ser punido a qualquer tempo).

A pena prevista é a prisão por um a três anos e multa.

### Como agir

No caso de discriminação religiosa, a vítima deve ligar para a Central de Denúncias (Disque 100) da Secretaria de Direitos Humanos.

Também deve procurar uma delegacia de polícia e registrar a ocorrência. O delegado tem o dever de instaurar inquérito, colher provas e enviar o relatório para o Judiciário. A partir daí terá início o processo penal.

Em caso de agressão física, a vítima não deve limpar ferimentos nem trocar de roupas — já que esses fatores constituem provas da agressão — e precisa exigir a realização de exame de corpo de delito.

Se a ofensa ocorrer em templos, terreiros, na casa da vítima, o local deve ser deixado da maneira como ficou para facilitar e legitimar a investigação das autoridades competentes.

Todos os tipos de delegacia têm o dever de averiguar casos dessa natureza, mas em alguns estados há também delegacias especializadas. Em São Paulo, por exemplo, existe a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (veja o Saiba Mais).

## Restrições religiosas atingem 75% da população mundial

Uma pesquisa mundial feita em 2009 e 2010 indicou o aumento da intolerância religiosa. Segundo o Instituto Pew Research Center, com sede nos Estados Unidos, 5,2 bilhões de pessoas (75% da população mundial) vivem em locais com restrições a crenças.

No período, passou de 31% para 37% a proporção de países com nível elevado ou muito alto de restrições. Entre os países com as maiores restrições governamentais (leis, políticas e ações para limitar práticas religiosas), estavam Egito, Indonésia, Arábia Saudita, Afeganistão, China, Rússia e outros que somaram 6,6

pontos ou mais em um índice de máximo 10. O Brasil aparece, junto com Austrália, Japão e Argentina, em nível baixo, entre os países com 0 a 2,3 pontos.

Mesmo nos países com nível moderado ou baixo de restrições, houve aumento da intolerância. Nos Estados Unidos, por exemplo, houve uma proposta — rejeitada pela Justiça — de declarar ilegal a lei islâmica. Na Suíça, foi proibida a construção de novas minaretes (torres em mesquitas). O aumento dessas restrições foi atribuído a fatores como crescimento de crimes e violência motivada por ódio religioso.

### Níveis de restrição a religiões



Fonte: Pew Research Center

## Projetos modificam Código Penal e regulamentam a Constituição

Entre as propostas em tramitação no Congresso para combater a intolerância religiosa, está o PLC 160/2009, que dispõe sobre as garantias e os direitos fundamentais ao livre exercício da crença, à proteção aos locais de cultos religiosos e liturgias, e à liberdade de ensino religioso, buscando regulamentar a Constituição. O projeto, do deputado George Hilton (PRB-MG), está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP, foto), propôs

audiência, ainda não agenda-

da para debater o texto. O assunto vem sendo discutido também no âmbito da proposta de reforma do

Código Penal, tema de comissão especial do Senado. Um grupo de juristas preparou o anteprojeto, posteriormente apresentado como projeto (PLS 236/2012) por José Sarney (PMDB-AP). A intolerância religiosa está relacionada a assuntos do código, como os crimes contra os direitos humanos e os que podem ser praticados pela internet.



Lei de Paulo Aguiar, Senado

### Saiba mais

Lei 9.459/1997, que considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões  
<http://bit.ly/lei9459>

Cartilha da Campanha em Defesa da Liberdade de Crença e contra a Intolerância Religiosa  
<http://bit.ly/cartilhaCEERT>

Mapa da intolerância religiosa e violação ao direito de culto no Brasil  
<http://bit.ly/mapaIntolerancia>

Novo Mapa das Religiões  
<http://bit.ly/mapaReligiosas>

Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi) de São Paulo  
Rua Brigadeiro Tobias, 527, 3º andar, bairro Luz, São Paulo, SP  
Tel: (11) 3311-3556/3315-0151 ramal 248

Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos no Rio de Janeiro  
Tel: (21) 2334-9550

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)



Pedro Franco/Agência Senado

Atendimento à população seria prejudicado pela forma atual de punição, que suspende repasses do Ministério da Saúde

# Projeto prevê punição maior para fraude na saúde

Gestores podem ser incluídos na Lei dos Crimes de Responsabilidade, com multa de até mil salários mínimos em caso de reincidência da má gestão, em vez da atual suspensão de repasse de recursos

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) deve votar amanhã um mecanismo legal mais específico para punir gestores de políticas públicas de saúde envolvidos em ações fraudulentas na administração da União, dos estados e dos municípios. Atualmente, a única forma de enfrentar irregularidades no setor é suspender repasses do Ministério da Saúde até que se comprove a prestação dos serviços.

— Isso apenas prejudica a execução das políticas de saúde pública e cria transtornos ainda maiores para a população — ressaltou o autor do projeto (PLS 174/2011), Humberto Costa (PT-PE).

O texto recomenda advertência e multa quando o gestor deixar de estruturar o fundo de saúde, não apresentar planos e relatórios de gestão e impedir acesso às informações financeiras e administrativas

relativas às políticas públicas, entre outras situações. A multa varia entre 10 (R\$ 6.780) e 50 (R\$ 33.900) salários mínimos, de acordo com a gravidade da infração. Em caso de reincidência, o valor poderá ser ampliado de 10 a 20 vezes. O projeto enquadra os gestores na Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/1950).

## COMISSÃO FAZ DEBATE SOBRE FINANCIAMENTO DO SETOR

A comissão temporária do Senado criada para propor soluções ao financiamento do sistema de saúde faz audiência pública nesta quinta-feira. Foram convidados para participar do debate o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Wilson Alecrim, e o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Antônio Carlos Figueiredo Nardi.

A comissão temporária é presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e tem como relator Humberto Costa (PT-PE).

Se houver indícios concretos de infração administrativa ou crime de responsabilidade sanitária, caberá ao conselho de saúde federal, estadual ou municipal e ao Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS) acionar o Ministério Público e os órgãos de controle para investigarem o caso.

Depois de passar pela CCJ, o projeto seguirá para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto tramita em conjunto com o PLS 190/2009, rejeitado pelo relator, Jorge Viana (PT-AC), que o considerou menos abrangente e rigoroso na punição a gestores infratores. Viana vê como outro mérito do projeto de Humberto o enquadramento dos chefes do Poder Executivo como gestores solidários do SUS, respondendo também por irregularidades praticadas no sistema.

# Em análise, atenção psíquica para crianças

Entre os dez itens da pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove amanhã, está o Projeto de Lei do Senado (PLS) 451/2011, de Ângela Portela (PT-RR), que torna obrigatória, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a avaliação psíquica das crianças nos primeiros 18 meses de vida. A proposta tem voto favorável da relatora, Ana Rita (PT-ES), e terá decisão terminativa na comissão.

O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e propõe a adoção do protocolo Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil, criado por especialistas brasileiros. De acordo com a autora, a ideia é que a incorporação do instrumento pelos serviços de saúde contribua para a detecção precoce de problemas no desenvolvimento das crianças.

Para a relatora na CAS, “a adoção de protocolos ou instrumentos de fácil aplicação e de eficácia comprovada na detecção dos transtornos mentais em crianças poderá qualificar a atenção prestada a essa população”. Ela aponta estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) segundo a qual há uma prevalência mundial de 10% a 20% desses distúrbios na população dessa faixa etária.

## Cristovam lamenta fechamento de maternidade no DF

A manchete de domingo do jornal *Correio Braziliense*, “Morte de bebês fecha maternidade no Hospital Regional da Ceilândia”, foi destacada por Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador disse que, enquanto isso acontece, deve ser inaugurado o novo Estádio Nacional Mané Garrincha, que custará R\$ 1,5 bilhão ao governo do Distrito Federal.

Nas últimas semanas, sete bebês recém-nascidos morreram por infecção bacteriana em uma maternidade pública em Ceilândia, maior cidade do Distrito Federal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Enquanto crianças morrem, governo “prioriza estádio”, afirma Cristovam

Cristovam recordou que em 2010, antes do atual governo, outros 11 bebês também faleceram em um período de dois meses em um hospital público do Distrito Federal.

— O atual governo foi eleito prometendo corrigir isso, até porque o governador é médico.

## Vital alerta para aumento de casos de dengue no país

Vital do Rêgo (PMDB-PB) manifestou ontem, em discurso, a preocupação com o aumento nos casos de dengue no país. O senador alertou para o risco de se repetir este ano a grande epidemia ocorrida em 2010.

— A situação só não está pior porque houve uma discreta redução dos casos mais graves da doença na comparação deste primeiro trimestre de 2013 com o mesmo período do ano passado. É necessário e é urgente que as autoridades sanitárias atuem de forma acelerada para evitar



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vital diz que 11 estados estão em alerta por causa da dengue

nova epidemia — afirmou.

O senador lembrou que, na epidemia de 2010, o Tribunal de Contas da União apontou falhas na aplicação dos recursos disponíveis para o controle e o combate ao mosquito por parte dos estados e municípios.

## Mozarildo lembra falecimento da mãe, Cléa Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou, em pronunciamento ontem, a morte da mãe, Cléa de Melo Cavalcanti, ocorrida em março. O senador disse que, como médico, acreditou que estaria preparado para a perda, que, no entanto, foi mais dolorosa do que esperava.

— Tenho certeza de que todos os filhos, eu e meus irmãos, tivemos para com nossa mãe um cuidado no seu período de sofrimento com as doenças, um cuidado que não era nada, comparado com o



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador voltou ontem à Casa depois de licença de quatro meses

que ela nos deu — afirmou.

Mozarildo, que retorna de licença para tratar de interesse particular, agradeceu o requerimento de pesar pela morte da mãe, apresentado pelos colegas senadores durante a ausência dele.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner  
**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

### Agência Senado

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:**  
 Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# J DO DO

## Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Silvío Burle  
**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Três comissões de MPs votam relatório final

Colegiados mistos que analisam as medidas do Brasil Carinhoso, da destinação de royalties do petróleo para a educação e da ampliação do Pronatec se reúnem hoje à tarde

COMISSÕES MISTAS DESTINADAS a examinar três medidas provisórias têm reuniões marcadas para hoje, às 14h30, para votarem os respectivos relatórios finais.

A MP 590/2012 amplia os beneficiários do Brasil Carinhoso para incluir crianças e adolescentes com idade entre 7 e 15 anos. O programa, criado em maio de 2012, beneficiou até agora crianças de até 6 anos pertencentes a famílias com renda mensal de até R\$ 70 per capita, mesmo somando outros benefícios recebidos por meio do Programa Bolsa Família.

A MP 592/2012, que vincula receitas do petróleo à educação, foi editada à época dos vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei dos Royalties (Lei 12.734/2012). Com a rejeição do veto pelo Congresso, há dúvidas sobre a validade de alguns artigos da MP. A medida também vincula à educação 100% das receitas com os royalties do petróleo dos novos contratos.

A MP 593/2012 amplia a lista de beneficiários e ofertantes de bolsa-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, incluindo instituições privadas de ensino superior. Anteriormente, apenas as redes municipais e estaduais de ensino público e os serviços nacionais de aprendizagem podiam oferecer bolsas pelo Pronatec. A alteração na lei permitirá ao governo repassar recursos às instituições públicas e privadas em valores proporcionais ao número de vagas, e não mais ao número de alunos atendidos.



Alunos em sala de aula da Escola Classe 206 Sul, em Brasília: MP 592/2012 vincula à educação 100% das receitas com os royalties do petróleo dos novos contratos

## Projeto torna orientação vocacional obrigatória

Orientação vocacional será oferecida, por profissionais especializados, aos alunos do último ano do ensino fundamental e durante todo o ensino médio, segundo projeto que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina hoje, às 11h, em decisão terminativa.

O objetivo do PLS 228/2012 é subsidiar os alunos na escolha de cursos profissionalizantes ou de educação superior.

O projeto de Cyro Miranda (PSDB-GO) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O relator da matéria na CE, Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou emenda que ampliou o alcance do texto.

Na justificativa, Cyro manifesta a expectativa de que as

inovações possam contribuir para ampliar as oportunidades de inserção de jovens no mundo do trabalho, conferindo maior qualidade ao ensino médio. “Esperamos também que a medida tenha reflexo na própria educação superior, onde servirá à redução de vagas desperdiçadas em razão de escolhas equivocadas”, argumenta.

### Fies

A CE vota ainda, em decisão terminativa, o projeto (PLS 124/2007) que concede desconto em financiamentos contratados com recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), nos casos em que os alunos tiverem quitado 75% das prestações sem atrasos.

## Marta apresentará no Senado planos do Ministério da Cultura

A ministra da Cultura, Marta Suplicy, será ouvida amanhã em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Atendendo a um pedido dos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO) e Ana Amélia (PP-RS), Marta deve apresentar à comissão as diretrizes e prioridades do ministério para este ano.

Senadora licenciada, Marta Suplicy assumiu a pasta em setembro do ano passado, com a promessa de tratar como prioridade a ampliação do acesso à cultura e com propostas de melhorias na área por meio da produção digital.

Um dos êxitos da ministra em sete meses de gestão foi a aprovação do vale-cultura, que entrará em vigor no início do próximo semestre. A Lei 12.761/2012, sancionada no final do ano passado pela presidente Dilma Rousseff, prevê que os trabalhadores contratados em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que recebem até cinco salários mínimos (R\$ 3.390) têm direito a um vale mensal de R\$ 50 para gastar em eventos ou produtos culturais.

A audiência pública será realizada às 10h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

## Renan defende aprovação do Estatuto da Juventude

O presidente do Senado, Renan Calheiros, falou ontem em discurso da provável aprovação do Estatuto da Juventude (PLC 98/2011), que estabelece uma série de direitos para pessoas de 15 a 29 anos. A votação está prevista para hoje.

— Será a primeira legislação, em nível constitucional, a tratar da juventude como política de Estado. Como nos ensinou Roosevelt: “Nem sempre podemos construir o futuro para nossa juventude, mas podemos construir nossa juventude para o futuro”.

O senador afirmou que o estatuto é uma bandeira histórica dos movimentos juvenis. Entre os direitos garantidos pelo texto, Renan mencionou a meia-entrada em eventos artísticos, culturais e de lazer.

— A possibilidade de acesso mais barato aos eventos é de suma importância para o futuro dos jovens.

## Cyro pede redução da maioria penal

O assassinato do estudante Victor Hugo Deppman, de 19 anos, na semana passada, foi lembrado ontem por Cyro Nogueira (PP-PI) na defesa da redução da maioria penal. O estudante foi morto por um menor que completou 18 anos três dias depois de cometer o crime. Cyro disse ter chegado a hora de o Congresso discutir o tema “de forma madura e desapassionada”.

O senador disse que o Direito deve acompanhar a evolução da sociedade e, hoje, os jovens amadurecem mais rápido. Para ele, a redução da maioria penal, por si só, não resolveria os problemas de segurança, mas diminuiria o número de crimes praticados por menores em função da impunidade.



Moneira Moritz/Agência Senado

## Ana Amélia: rapidez na revalidação de diplomas

Ana Amélia (PP-RS) reconheceu que a revalidação automática dos diplomas obtidos no exterior pode comprometer a qualidade dos serviços profissionais no Brasil. No entanto, ela defende um processo de reconhecimento desses certificados de forma mais rápida e menos burocrática.

Em pronunciamento, a senadora comentou a audiência ocorrida sexta-feira na Comissão de Relações Exteriores (CRE) para tratar do projeto de revalidação automática dos diplomas emitidos por instituições no exterior (PLS 399/2011). O autor da proposta, Roberto Requião (PMDB-PR), também julgou inadequada a revalidação automática, de acordo com Ana Amélia.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Agripino elogia trabalho de educador belga no RN

O padre belga Tiago Theisen, que há mais de 40 anos se dedica aos pobres e à educação infantil no Rio Grande do Norte, foi homenageado por José Agripino (DEM-RN). Em 1971, disse o senador, o religioso construiu o primeiro dos 33 jardins de infância que implantou em Natal, dando início ao trabalho com 37 mil crianças carentes.

— Só para citar um em centenas de exemplos, um dos ex-alunos saiu da periferia de Natal e hoje está na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, como doutor e professor de física quântica — disse.

No mesmo discurso, Agripino também defendeu a idade máxima de 6 anos para a alfabetização.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Mais investimentos para garantir autossuficiência na produção de energias solar e eólica e qualificação de mão de obra foram citados como fundamentais para o desenvolvimento do país



Fernando Collor (C) coordena debate na Comissão de Infraestrutura: falta de mão de obra remete à educação de base

## Debate aponta gargalos da energia alternativa

ESPECIALISTAS OUVIDOS ONTEM pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) defenderam maiores investimentos em fontes alternativas de energia. Segundo eles, fontes como a energia eólica ou solar podem representar fatores de desenvolvimento para o país.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), lembrou também que a falta de profissionais no setor é um obstáculo.

— Um dos principais nós para que o Brasil possa se desenvolver a taxas compatíveis com o que a sociedade precisa é a falta de mão de obra especializada, e em todas as áreas, não somente na formação de doutores, mas também de técnicos os mais diversos, e tudo isso remete quase sempre à educação de base — alertou.

O pesquisador em energia e consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) Luiz Horta Nogueira manifestou preocupação com a possibilidade de priorizar o

desenvolvimento de certas fontes alternativas sem o acompanhamento da devida autossuficiência na produção de equipamentos e elaboração de projetos.

— Preocupa-me muito a expansão de fontes muito inovadoras que se baseie na importação de produtos, projetos e tecnologias — disse.

Ele chamou a atenção para a necessidade de redução do desperdício de energia. Sem isso, afirmou, o Brasil não atingirá padrões adequados de desenvolvimento.

— O uso de energia eficiente não deve ser colocado como atitude de sovínice ou de coerção. Vamos fazer isso porque é inteligente, é isso que se está fazendo no mundo — afirmou.

Ricardo Rüter, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destacou o enorme potencial da energia solar no país. Segundo ele, a instalação de painéis solares na mesma área do Lago de Itaipu permitiria uma geração duas vezes maior de energia.

Rüter apontou como importante gargalo a inexistência de um amplo sistema de financiamento para o consumidor final adquirir os equipamentos. Segundo ele, o custo de instalação de um sistema fotovoltaico em residências individuais já se tornou economicamente interessante no Brasil, tendo em vista o valor das tarifas de energia elétrica.

Do mesmo modo, o diretor de Eólica do Centro de Energias Renováveis (CER), Alexandre Costa, citou diversas vantagens do emprego de parques eólicos.

Para ele, o sistema, além de ter preços relativamente baixos de instalação quando comparados a outras fontes, diminui consideravelmente as possibilidades de falhas pela característica de fragmentação das unidades eólicas.

Por sua vez, Eduardo Soriano Lousada, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relatou diversas ações da pasta em energias renováveis.

## Alíquota única do ICMS deve ser votada na próxima semana

O projeto que unifica gradualmente as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve ser votado na próxima terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relatório deve ser apresentado hoje.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), afirmou que, embora os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste tenham entrado em acordo com os demais sobre as alíquotas, ainda há pontos que podem gerar discordância entre os parlamentares.

— Com certeza haverá pedidos de vista coletiva e muitas emendas serão apresentadas — estimou o senador, após reunião com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Segundo o secretário, o relatório de Delcídio do Amaral (PT-MS) ao projeto (PRS 1/2013) deve excetuar da unificação da alíquota os produtos industrializados em algumas regiões. Em vez dos 4%, que serão alcançados gradualmente (em mais ou menos tempo, dependendo da região), a alíquota para os

produtos deve ficar em 7%, restrita a produtos industrializados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Lindbergh afirmou que a votação na CAE será feita em conjunto com a do projeto de renegociação das dívidas dos estados. O PLS 124/2013 — Complementar, apresentado por Wellington Dias (PT-PI), tem o mesmo teor de um projeto apresentado pelo Executivo em tramitação na Câmara (PLP 238/2013) e altera o indexador das dívidas dos estados.

Segundo Lindbergh, Luiz Henrique (PMDB-SC) incluirá no texto outra reivindicação dos governadores: a redução do comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida em 20%. Os recursos seriam usados para investimentos.

Para a votação em Plenário, o senador afirmou que a intenção é votar três temas em conjunto, o que diminuiria a insegurança dos estados. A votação deve incluir a Medida Provisória 599/2012, que prevê fundos de compensação aos estados para reduzir os prejuízos com a redução das alíquotas do ICMS.



Lindbergh Farias (C) recebe Nelson Barbosa (E), ao lado de Wellington Dias

### Ataídes cita oportunidades empresariais no Tocantins



As potencialidades do Tocantins foram destacadas ontem por Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Ele descreveu um cenário promissor para empreendedores, incluindo

benefícios fiscais.

Ataídes disse que o Tocantins tem hoje o quarto maior produto interno bruto (PIB) da Região Norte e a melhor taxa de crescimento do país: 14,2% em 2010. Citando dados do IBGE em 2009, Ataídes ressaltou que o estado, nos últimos oito anos, cresceu mais que o dobro da média nacional.

O senador falou sobre as perspectivas de investimento em bioenergia, uma das principais vocações do estado, e sobre o bom desempenho agropecuario, além da produção de minerais. No turismo, listou atrações naturais como a Ilha do Bananal, os Parques Ambientais do Cantão e do Jalapão e a romaria do Senhor do Bonfim.

### Rolleberg critica abandono geral no DF



Em discurso no Plenário ontem, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) disse que o fechamento de uma maternidade na cidade de Ceilândia, depois da morte de sete bebês, revela

o abandono que o Distrito Federal está vivendo.

Ele não se limitou à área da saúde. A violência que assola Brasília também seria, para ele, uma evidência do abandono — com crimes graves e aumento de índices nos anos de 2011 e 2012.

Rolleberg criticou a falta de infraestrutura e saneamento e deu como exemplo o fato de uma criança ter sido tragada por um bueiro depois de uma forte chuva. O senador lembrou que o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) constatou superfaturamento nas obras de construção do Estádio Nacional Mané Garrincha e nas compras de merenda escolar.

### Cícero: dívida ameaça agricultores do Nordeste



Cícero Lucena (PSDB-PB) cobrou ontem a adoção de medidas que deem aos pequenos e médios produtores rurais do Nordeste uma “chance mínima” de acesso ao

crédito. Ao chamar a atenção para a gravidade da seca na região, ele pediu apoio ao projeto que anistia dívidas que, segundo ele, o Banco do Nordeste já contabiliza como prejuízo:

— Do jeito que vai, o Banco do Nordeste vai terminar sendo o maior latifundiário do Nordeste por tomar terra dos pobres agricultores — disse.

Cícero entende que o governo precisa ter melhor dimensão da seca, que tem provocado escassez de alimentos e expressivas elevações de preços. O senador também denunciou a falta de reajuste do Bolsa Família, a insuficiência de carros-pipa cadastrados para o abastecimento na Paraíba e as falhas no transporte de milho.

### Criação de novos TRFs tem o apoio de Sérgio Souza



Sérgio Souza (PMDB-PR) voltou a defender a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544/2002, que cria quatro novos tribunais regionais federais (TRFs), além

dos cinco atuais. O senador afirmou que os critérios exigidos para a criação, quanto à territorialidade e ao número de processos, estão atendidos.

Ele ressaltou que o único tribunal federal do interior do Brasil, que fica em Brasília, atende todo o Centro-Oeste, o Norte e parte do Nordeste.

— Um desembargador federal me confessou que julga mil processos por mês. E ainda tem no seu gabinete uma pilha de 25 mil — relatou.

Souza também salientou que o próprio Superior Tribunal de Justiça estima o custo de criação em R\$ 400 milhões.

— Muito distante dos R\$ 8 bilhões que ouvimos falar. A emenda está pronta para ser promulgada — afirmou.